

ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO: a responsabilidade criminal¹

Guilherme Benz Marques²

RESUMO: O Estado responsável pela prática de um ato ilícito, segundo o Direito Internacional, deve uma reparação ao Estado que sofreu o dano. Trata-se de um instituto em elaboração e de importância central para a sociedade internacional, pois uma sociedade que se supõe organizada necessita de um sistema de responsabilização adequado contra aqueles que descumprirem suas normas jurídicas. Entretanto, o direito da responsabilidade internacional permanece, sobretudo, com bases consuetudinárias e jurisprudenciais, apesar de ser um dos temas mais antigos na agenda da Comissão de Direito Internacional. O presente artigo visa destacar alguns aspectos do sistema atual de responsabilidade internacional do Estado, principalmente na esfera criminal.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Internacional; Responsabilidade Internacional; Estado; Crime Internacional.

ABSTRACT: The responsible State for the practice of an illicit act, according to International law, must repair the State that suffered the damage. That's an institute in elaboration and of central importance for the international society, therefore a society that is organized needs a system of responsibility against that who disregard its rules of law. However, the right of the international responsibility remains, over all, with common and jurisprudencial bases, although to be one of the oldest subjects in the International Law Commission agenda. This article aims to detach some aspects of the current system of international responsibility of the State, over all in the criminal sphere.

KEY-WORDS: International Law; Internacional Responsibility; State; International Crime.

1. INTRODUÇÃO

Desde seu surgimento, o Estado Moderno causa e sofre danos em razão da prática de ações contrárias ao Direito Internacional. Nos dias atuais não é diferente. O Direito Internacional impõe uma série de obrigações que deveriam ser cumpridas pelos Estados e mesmo assim não o são. O Estado responsável pela prática de um ato ilícito, segundo o Direito Internacional, deve uma reparação ao Estado que sofreu o dano. Entretanto, a sociedade internacional, descentralizada e constituída por Estados soberanos incorpora o instituto da responsabilidade internacional com grande dificuldade.

Trata-se de um instituto em elaboração, de bases, até hoje, unicamente jurisprudenciais e de importância central para a sociedade internacional, pois uma

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil.

² Bacharel em Direito Pela Universidade Federal de Santa Catarina e em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí. Mestrando em Direito com concentração em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: bezmarques@hotmail.com.

sociedade que se supõe organizada necessita de um sistema de responsabilização adequado contra aqueles que descumprirem suas normas jurídicas.

O presente artigo visa destacar alguns aspectos do sistema atual de responsabilidade internacional do Estado, sobretudo na esfera criminal. Para tanto, está dividido em dois momentos principais. Inicialmente, analisar-se-á alguns dos fundamentos básicos da responsabilidade internacional do Estado, dentre os quais seus elementos, características e natureza jurídica. Em um segundo momento, serão feitas algumas considerações a respeito da responsabilidade internacional criminal do Estado, destacando a noção histórica e de crime internacional cometidos por Estados.

2. FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO

2.1 Conceituação e noções históricas

Em função de sua soberania, o Estado determina livremente suas decisões, limitando-as apenas à liberdade igual dos outros Estados. A responsabilidade internacional dos Estados aparece como mecanismo regulador essencial e necessário das relações mútuas. De acordo com Pellet (2003, p. 776), na ordem internacional o princípio da responsabilidade dos Estados é tão antigo quanto o da sua igualdade. Contudo, seu regime constituiu-se lentamente, o que é compreensível por se tratar de uma sociedade sem legislador ou juiz universal. Ainda hoje o direito da responsabilidade internacional permanece, sobretudo, com bases consuetudinárias e jurisprudenciais.

A idéia de responsabilidade está na base de qualquer forma de vida social. Deste modo, essa noção penetrou em todos os ramos do direito, entre eles o do Direito Internacional. “Nenhum sistema de direito pode existir sem atribuir aos seus sujeitos deveres ao lado de direitos” (MELLO, 1994, p. 449). A respeito do caso Fábrica de Chorzów, o Tribunal Permanente de Justiça Internacional estabeleceu que “é um princípio de Direito Internacional o princípio segundo o qual a violação de um compromisso implica uma obrigação de reparar de forma adequada” (BROWNLIE, 1997, p 459). Mantendo a mesma posição, a Corte Internacional de Justiça, manifestando-se sobre as Reclamações Relativas à Zona Espanhola de Marrocos, afirmou que “a responsabilidade é o corolário necessário de um direito. Todos os direitos de caráter internacional implicam responsabilidade internacional. Se a

obrigação em causa não for cumprida, a responsabilidade acarreta o dever de reparação” (BROWNLIE, 1997, p 459).

A invasão da esfera jurídica de um sujeito de Direito por outra pessoa jurídica gera responsabilidade. A idéia básica de responsabilidade internacional é, portanto, a de que um Estado responsável pela prática de um ato ilícito, segundo o Direito Internacional, deve uma reparação ao Estado que sofreu o dano. Ou seja, o Estado é responsável por todo ato ou omissão que lhe seja imputável e do qual resulte a violação de uma norma jurídica internacional ou de suas obrigações internacionais. Portanto, qualquer violação de uma obrigação imposta sobre um Estado pelo Direito Internacional vincula-o à responsabilidade internacional, que é um princípio geral de Direito Internacional Público³.

Entretanto, isso nem sempre foi aceito com tanta facilidade. No século XIX, alguns autores ainda negavam a existência da responsabilidade internacional. Apesar disso, a responsabilidade começa a se desenvolver com o interesse pela manutenção da paz. “A interdependência entre os Estados tem como conseqüência uma amenização da noção de soberania. A denominada soberania absoluta conduz à própria negação do DIP” (MELLO, 1995, p. 09). De acordo com Soares (2002, p. 184), o instituto da responsabilidade internacional foi aos poucos sendo regulado por usos e costumes internacionais e pela doutrina dos internacionalistas, que inspiraram seus modelos normativos no velho Direito Romano.

No século XIX, a prática da arbitragem desenvolveu-se principalmente visando à proteção de direitos de particulares estrangeiros violados por Estados (sobretudo o tratamento discriminatório contra estrangeiros). Por sua vez, no século XX, os precedentes da Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) e da Corte Internacional de Justiça (CIJ) enriqueceram o campo. Organizações Internacionais passaram a se preocupar com o tema, que adquiriu maior importância ao longo dos anos.

Em 1930, foi realizada uma tentativa de codificação sob os auspícios da Liga das Nações na Conferência de Genebra. Entretanto, esse esforço fracassou em função das

³ A responsabilidade internacional tem como pressuposto a idéia de sujeito de direito, isto é, decorre de uma relação entre sujeitos de Direito das Gentes. “Sujeito do Direito Internacional Público é toda entidade jurídica que goza de direitos e deveres internacionais e que possua a capacidade de exercê-los” (ACCIOLY, 1998, p. 64). Neste sentido, apesar de os conceitos básicos de responsabilidade internacional citarem os Estados soberanos, tal conceito aplica-se também aos demais sujeitos de direito internacional, como as organizações internacionais, por exemplo. As organizações internacionais, nesse caso, podem figurar tanto como vítima do ato ilícito, como seu causador, tendo, assim, obrigação de reparar.

dificuldades de aproximação dos pontos de vista (cf. PELLET; DINH; DAILLIER, 2003, p. 777). Na segunda metade do século XX, tratados e convenções multilaterais internacionais em assuntos de utilização do espaço sideral e da proteção internacional ao meio ambiente passaram a regular diretamente a responsabilidade dos Estados⁴. Foi uma inovação, pois um campo até então dominado pelo *jus non scriptum* passou a ser regulado por normas escritas e precisas.

O assunto foi colocado pela Comissão de Direito Internacional da ONU, que tem por função promover a codificação e o desenvolvimento progressivo do Direito Internacional, em sua primeira sessão em 1949, como um dos catorze problemas prioritários no Direito Internacional a serem estudados pela Comissão. O tema da responsabilidade internacional dos Estados é, portanto, dos mais antigos e de importância mais significativa na agenda da Comissão de Direito Internacional. Em 1955, a Comissão de Direito Internacional da ONU retomou os esforços no tema. Esse estudo resultou, após vários relatores responsáveis⁵, no “Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional dos Estados por Atos Internacionalmente Ilícitos”.

A Assembléia Geral da ONU apresentou o “projeto” aos Estados por meio da Resolução 56/83, de doze de dezembro de 2001, recomendou-o aos governos e colocou o assunto em pauta novamente para as sessões seguintes. A partir de então, o “projeto” encontra-se em exame na Assembléia Geral das Nações Unidas. Através da Resolução 59/35, de dois de dezembro de 2004, a mesma Assembléia Geral voltou a recomendar o “projeto” da Comissão de Direito Internacional. Além disso, requereu ao Secretário Geral que os Estados fizessem comentários escritos sobre ações futuras a respeito do “projeto” e que fosse elaborada uma compilação das decisões das Cortes Internacionais sobre o tema. Ficou marcada para a sexagésima segunda sessão da Assembléia Geral da ONU, a ser realizada em 2007, nova discussão a respeito do tema.

Interessante salientar que a responsabilidade internacional possui um aspecto político bastante forte. Ela surge para evitar a guerra ou, pelo menos, limitar o uso da

⁴ Pode-se citar como alguns exemplos a Convenção sobre Responsabilidade Civil contra Terceiros no Campo da Energia Nuclear (Convenção de Paris de 1960), a Convenção de Viena sobre Responsabilidade Civil por Danos Nucleares de 1963, a Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo de 1969, a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais de 1972, entre outras.

⁵ De 1953 a 1961 o relator responsável foi García Amador, que concentrou os estudos na Responsabilidade do Estado por danos causados a estrangeiros. De 1962 a 1980 foi Roberto Ago o responsável pelo estudo do tema, propondo uma análise mais abrangente, ocorrendo uma verdadeira “virada” na codificação da responsabilidade internacional, introduzindo inclusive a noção de crime internacional. A partir de 1980, outros relatores o seguiram, como Willem Riphagen, Gaetano Arangio-Ruiz e James Crawford (cf. GALINDO, 2000, p. 202).

força. Entretanto, a responsabilidade, ao lado da teoria da proteção diplomática, vem sendo utilizada como pretexto para intervenções de grandes potências⁶. Esse aspecto político só tem se fortalecido em função do surgimento da noção de crime internacional. Noção essa que era caracterizada meramente por meios políticos, atendendo tão somente os interesses das grandes potências. A colocação de tal noção de forma positiva no Direito Internacional significa uma política mais democrática (o que representaria uma vitória para o Direito Internacional Público). Talvez seja exatamente esse aspecto político bastante forte o responsável pelo atraso na positivação da responsabilidade internacional do Estado (cf. MELLO, 1995, p. 42).

2.2 Elementos e espécies

De acordo com a opinião majoritária da doutrina, a responsabilidade internacional possui três elementos essenciais: o ato ilícito, a imputabilidade e o dano (cf. MELLO, 1995, p. 32).

A responsabilidade de um sujeito de Direito Internacional Público resulta de uma conduta ilícita⁷. A ilicitude nada mais é do que uma violação de um dever internacional, ou seja, de uma norma jurídica internacional⁸. Portanto, em princípio, ato ou omissão que resulte uma violação de uma obrigação jurídica firmada pelo Estado dá origem à responsabilidade em Direito Internacional (cf. BROWNLIE, 1997, p 461).

Além de decorrer de um ato ilícito, a responsabilidade internacional também depende de que a ação ou omissão tenha sido praticada por um ente que tenha personalidade jurídica frente ao Direito Internacional. Em outras palavras, que o praticante da conduta ilícita seja imputável. Este é o segundo elemento da responsabilidade internacional: a imputabilidade. A imputabilidade nada mais é do que o nexo que liga o ilícito a quem é responsável por ele, ou seja, o nexo de causalidade entre o ilícito e seu autor. Portanto, para que exista a imputabilidade é necessário observar se o ato foi praticado por um sujeito de Direito Internacional e se há o nexo de causalidade ligando-o ao ato ilícito.

⁶ A América Latina foi uma constante vítima de tais atos na época da consolidação política, na qual guerras civis eram constantes e danos eram causados a estrangeiros.

⁷ De acordo com o art. 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, “uma parte não pode invocar as disposições de seu direito interno para justificar o descumprimento de um tratado”. Desta feita, “o que importa notar no regime da responsabilidade internacional dos Estados é, como se disse, que o comportamento atribuível ao Estado seja uma violação de um dever internacional, ainda que esteja esse comportamento de conformidade com as normas de seu ordenamento jurídico” (SOARES, 2002, p. 192).

⁸ Compreende-se englobado no conceito de norma jurídica internacional um princípio geral, uma regra costumeira, tratados, entre outras decorrentes das fontes do Direito Internacional Público.

Por fim, para restar configurada a responsabilidade internacional, faz-se necessário que o ato ilícito praticado por um sujeito de Direito Internacional tenha resultado num dano para outro sujeito de Direito das Gentes. “Se não existe direito lesado, não se pode falar em responsabilidade” (ACCIOLY, 1998, p. 131). O dano deve “ser a consequência certa, necessária, inevitável, do ato gerador da responsabilidade” (ACCIOLY, 1998, p. 153). O dano, contudo, não precisa ser necessariamente ser de ordem material, não tendo em todos os casos uma expressão econômica⁹. O ônus da prova do dano causado caberá sempre ao ofendido.

Em suma, para restar configurada a responsabilidade internacional, deve-se observar a existência de seus três elementos essenciais, quais sejam, o ato ilícito, a imputabilidade e o dano. Por exemplo, a simples existência de um dano a um sujeito de direito internacional não implica, por si só, configuração da responsabilidade internacional. Faz-se necessário, ademais, que o dano seja decorrente de uma conduta ilícita de um sujeito das gentes.

Após o estudo dos elementos da responsabilidade internacional, interessante analisar-se quais as espécies deste instituto. A responsabilidade internacional, de acordo com a opinião majoritária da doutrina, pode ser direta ou indireta; por comissão ou omissão; convencional ou delituosa (cf. MELLO, 1994, p. 449).

A responsabilidade do Estado é direta quando decorre de ato ilícito praticado por seu governo, um órgão ou seus agentes, de qualquer natureza ou nível hierárquico¹⁰; e é indireta quando o ilícito for praticado por uma coletividade que tinha por função representar o Estado na ordem internacional. Em caso de território sob tutela ou

⁹ O dano pode, por exemplo, ter um aspecto moral e não apenas patrimonial.

¹⁰ O Poder Executivo é o grande responsável pela maioria dos ilícitos internacionais que dão origem à responsabilidade internacional. Contudo, não se exclui a possibilidade de imputar-se ao Estado o ilícito resultante do exercício de competências legislativas e judiciárias que descumprirem compromissos internacionais assumidos pelo Estado. O modelo de tripartição dos poderes é praticamente consenso entre os Estados ocidentais. Entretanto, essa divisão e independência dos poderes, assegurada constitucionalmente, diz respeito apenas ao Direito Interno. Em relação ao Direito Internacional, devido à teoria da personalidade jurídica do Estado, o mesmo surge como uma pessoa única, indivisível e responsável pelos atos de qualquer um de seus órgãos.

Além da responsabilidade do Estado ser causada por atos dos seus três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), tem sido discutido se também os atos cometidos por particulares podem acarretar na responsabilização do Estado. De acordo com Mello (1994, p. 458), o Estado não é responsável pelos atos de particulares por si só. O ilícito de um particular não provoca necessariamente a responsabilidade do Estado, isso porque os atos dos particulares não lhe podem ser atribuídos. Contudo, tais atos podem resultar na responsabilidade do Estado se o mesmo não cumprir por ato ou omissão, os deveres que firmou perante o Direito Internacional. São dois os deveres do Estado em relação ao estrangeiro: o dever de manter a ordem pública (o estrangeiro deve ter sua vida e seus bens protegidos); e o dever de repressão (reprimir o ilícito contra o estrangeiro). São deveres do Estado, neste sentido, o de prevenir o ilícito e o de reprimi-lo (cf. REZEK, 2000, p. 271-72).

protetorado, por exemplo, e também nos modelos federativos, a responsabilidade, para Rezek (2000, p. 271-72), é indireta, já que a província federada, apesar de ter personalidade jurídica de direito público interno, é inidônea para figurar numa relação internacional, assim, o ilícito que causar é imputável à soberania a que se subordina. Entretanto, para Mello (1995, p. 42), ilícitos praticados em um Estado federal por um Estado membro da federação, em função de em relação ao Direito Internacional formarem uma só pessoa internacional, a responsabilidade do Estado é direta.

Após o estudo da responsabilidade direta ou indireta, entende-se que a responsabilidade do Estado também pode ser por comissão ou por omissão. Por comissão é a responsabilidade se o ilícito cometido resulta de uma ação do Estado; e por omissão se o Estado deixa de praticar uma obrigação imposta pelo Direito Internacional.

Por fim, a responsabilidade internacional do Estado pode ser convencional ou delituosa. A responsabilidade do Estado é convencional se decorrer de uma violação de um tratado internacional; e delituosa se decorrer de uma violação de uma norma costumeira, consuetudinária. Entretanto, essa distinção não tem mais razão de ser, já que todo ato ilícito é um delito internacional e surge da violação de qualquer norma jurídica internacional (cf. MELLO, 1995, p. 43).

2.3 Natureza jurídica: teoria da culpa e teoria do risco

No Direito Internacional existem duas grandes correntes sobre a natureza da responsabilidade: a subjetiva, conhecida também como teoria da culpa; e a objetiva, também conhecida como teoria do risco (cf. MELLO, 1995, p. 49).

A mais antiga das duas é a teoria da culpa, que tem sua origem no Direito Romano. Ao Direito Internacional, a teoria subjetiva foi levada por Alberico Gentili (século XVI) e desenvolvida por Hugo Grotius (século XVII), considerado o verdadeiro sistematizador da teoria da culpa no Direito Internacional. Segundo a teoria da culpa, um Estado, para ser responsável perante o Direito Internacional, precisa não somente violar uma norma internacional mas violá-la com culpa. Essa doutrina baseia-se no velho princípio de Direito Romano segundo o qual *qui in culpa non est, natura ad nihil tenetur*, ou seja, baseia-se numa “previsibilidade razoável ou numa previsão sem intenção de causar conseqüências (negligência inconsciente ou culpa lata)” (BROWNLIE, 1997, p 464). Essa concepção foi durante muito tempo a dominante entre os publicistas e internacionalistas.

Por sua vez, a teoria objetiva ou do risco é relativamente recente¹¹. Triepel foi o primeiro a criticar a teoria da culpa, mas foi Anzilotti quem a rejeitou definitivamente (cf. MELLO, 1994, p. 451). Segundo a teoria objetiva, o Estado é responsável porque violou uma norma internacional. A responsabilidade internacional surge da verificação do nexos de causalidade entre o ilícito e o Estado. Sendo assim, “desde que sejam provados a representação e o nexos causal, existe uma violação do dever apenas pelo resultado” (BROWNLIE, 1997, p 461). De acordo com esta teoria, para apurar-se a responsabilidade de um sujeito de Direito das Gentes decorrente de um ato ilícito não se investiga a culpa subjetiva, basta que tenha havido uma afronta ao Direito Internacional e que tenha resultado um dano para outro sujeito de Direito das Gentes.

Entretanto, é a teoria subjetiva que se encontra consagrada em termos de jurisprudência internacional, em função de ela proteger mais o Estado. Por ser baseada num elemento psicológico, a culpa, a responsabilização de quem praticou o ilícito é bastante complicada, o que acaba afastando a responsabilidade do Estado. Por outro lado, inúmeras decisões que vêm sendo tomadas têm adotado a teoria do risco, principalmente em campos como o direito espacial e o direito nuclear.

Assim, e de acordo com Soares (2002, p. 194-95), o regime geral é o da responsabilidade por culpa, sendo, portanto, a responsabilidade objetiva um regime especial que excepciona o regime geral. Em função disso, esse tipo de responsabilidade necessita de uma regulamentação mais precisa dos tratados internacionais, que prevêm normalmente: a definição do que seja um dano, a atribuição da autoria do dano, a obrigatoriedade de seguros para as atividades reguladas, as causas da limitação ou exclusão de responsabilidade e a indicação dos foros judiciais internos dos Estados nos quais as vítimas poderão exercer seus direitos subjetivos.

3. RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL CRIMINAL DO ESTADO

3.1 Evolução histórica da responsabilidade internacional criminal

Na Resolução que adotou a Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio foi reconhecida a necessidade de se criar uma Corte Criminal Internacional para punir este tipo de crime. Entretanto, a aspiração à criação de uma Corte Criminal

¹¹ Foi o caso *Ryland v. Fletcher*, julgado pela Câmara dos Lordes, na Inglaterra, em 1965, que é conhecido doutrinariamente por ter dado origem à teoria objetiva. Esse caso acaba influenciando o Direito Internacional (cf. MELLO, 1995, p. 56-7).

internacional havia se manifestado bem antes da Resolução 260, de 9 de dezembro de 1948. Ultrajes cometidos contra o homem, no decorrer do século XX, mobilizaram os juristas para impedirem a proliferação de comportamentos gravemente prejudiciais à dignidade humana.

A paz, que tanto almejamos para este mundo afadigado e exaurido por tantas lutas frustradas, poderia ser conseguida, se os Estados, em vez de solucionar as suas discordâncias pela força das armas, entregassem, obrigatoriamente, o desfecho dos seus conflitos a um Tribunal Internacional e que a decisão prolatada por este fosse cumprida e acatada pela parte vencida (ARAÚJO, 2000, p. 143)

Após a Primeira Guerra Mundial, a vontade política dos governos era de que o crime não poderia ficar sem punição. “A condenação jurídica do inimigo aparece não apenas como a reparação dos sofrimentos, das destruições e das humilhações, mas também como a fase final da vitória, única força mobilizadora capaz de reunir as energias partidas”¹² (BAZELAIRE; CRETIN, 2004, p. 14).

O artigo 227 do Tratado de Paz de Versalhes, assinado entre as potências aliadas e a Alemanha em 28 de junho de 1919, permitiu pensar-se na possibilidade de uma ordem penal internacional a curto prazo. O artigo previa a formação de um tribunal especial para julgar o acusado (Guilherme II de Hohenzollern, ex-Imperador da Alemanha) com base nos princípios da política entre as nações, assegurar o respeito das obrigações internacionais e da moral internacional, podendo determinar a pena que estime que deva ser aplicada¹³.

Neste sentido, os juristas prosseguiram no trabalho visando à elaboração de um direito penal específico e à implantação de uma organização jurisdicional supranacional para julgar, em nível universal, as ofensas mais graves à dignidade humana. Assim, desde 1926, estuda-se a implantação de uma Corte Penal Internacional. Já em 1927 a Associação Internacional de Direito Penal propôs à Liga das Nações a criação de uma câmara criminal da Corte Permanente de Justiça Internacional (cf. BAZELAIRE; CRETIN, 2004, p. 16).

¹² Observa-se que a história de uma guerra é sempre contada a partir do ponto de vista do vencedor e, portanto, os tribunais que seguem a guerra são sempre dos vencedores voltados aos vencidos. Assim, apenas os crimes cometidos por um lado do conflito são punidos.

¹³ Contudo, o artigo 227 do Tratado de Versalhes nunca foi aplicado, pois os Países Baixos, onde se refugiou o Kaiser alemão, recusaram-se a entregar o ex-Imperador e a idéia de uma Corte Internacional para julgá-lo foi abandonada. Além disso, também os juristas muito criticaram a legitimidade dessa Corte, em função do princípio dogmático *nullum crimen, nulla poena sine lege* (cf. ARAÚJO, 2000, p. 72).

Após a Segunda Guerra Mundial, a opinião pública internacional estava chocada com os crimes cometidos durante o conflito, sobretudo com o genocídio dos judeus e a brutalidade da agressão japonesa contra a China. “Os crimes perpetrados ultrapassam no horror, e de muito longe, o que se conhece até agora sobre a barbárie” (BAZELAIRE; CRETIN, 2004, p. 19). Em decorrência disso, e com o papel determinante dos Estados Unidos, nasce a idéia do Tribunal Militar Internacional de Nuremberg e do Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente em Tóquio para julgar os criminosos de guerra¹⁴. A criação desses tribunais foi um marco decisivo para o estabelecimento da responsabilidade criminal no plano do Direito Internacional¹⁵.

Em 21 de dezembro de 1947, a Assembléia Geral da ONU aprovou os princípios de Direito Internacional reconhecidos pelo Estatuto do Tribunal de Nuremberg. Assim, a partir dali, os princípios desse Tribunal seriam considerados formalmente princípios de Direito Internacional e a responsabilidade internacional penal tomaria novos rumos.

Em 1950, a pedido da Assembléia Geral das Nações Unidas, a Comissão de Direito Internacional apresentou o resultado do trabalho de formulação dos princípios de Direito Internacional reconhecidos na Carta do Tribunal de Nuremberg. São os princípios determinados pela Comissão, são os seguintes: quem cometer crime de Direito Internacional é por ele responsável e está sujeito à punição; a ausência da previsão de penalidade por ato que o Direito Internacional qualifique como crime não isenta a responsabilidade de seu autor; Chefes de Estado ou oficiais responsáveis pelo governo não estão isentos de responsabilidade por atos que constituem crimes; o fato de alguém ter atuado em obediência ao Governo ou a superior não o isenta de responsabilidade segundo o Direito Internacional, desde que a pessoa tenha moralmente a possibilidade de opção; qualquer pessoa acusada de crime tem direito a processo regular; redefine os crimes contra a paz, de guerra e contra a humanidade, da mesma maneira que a Carta de Londres o faz; e a cumplicidade na realização de um dos crimes elencados é crime frente ao Direito Internacional (cf. PESSOA, 1969, p. 143-4).

Após a Segunda Guerra Mundial, considerando-se a Resolução 260 de 1948, que evocou uma Corte Criminal Internacional, e os Tribunais Militares Internacionais, que

¹⁴ O Tribunal Militar Internacional de Nuremberg foi criado pelos acordos de Londres de 8 de agosto de 1945, tendo sua primeira audiência no dia 18 de outubro do mesmo ano. O Tribunal Militar Internacional Para o Extremo Oriente, com sede em Tóquio, por sua vez, teve seu processo iniciado em 3 de maio de 1946.

¹⁵ Nota-se que, assim como no Tratado de Versalhes, que deu fim à Primeira Guerra Mundial, os Tribunais Militares Internacionais pós Segunda Guerra Mundial surgiram para julgar os criminosos de guerra, ou seja, indivíduos. Os Estados derrotados nos dois conflitos mundiais receberam sim punições, mas decorrentes dos tratados de paz e não de um julgamento de responsabilidade propriamente dito.

julgaram os criminosos da Guerra, acreditava-se que a justiça internacional penal tomaria corpo. Entretanto, quase meio século foi necessário para que isso fosse concretizado no seio do Estatuto de Roma e com o surgimento do Tribunal Penal Internacional. Neste contexto, importante salientar os Tribunais Penais Internacionais *ad hoc* da ex-Iugoslávia e de Ruanda criados em 1993 e 1994 respectivamente pelo Conselho de Segurança da ONU, para julgar os crimes contrários ao Direito Internacional ocorridos nos territórios desses países.

Entretanto, apenas em 1998, que os Estados se reuniram em Roma para a Conferência Diplomática de Superpotências das Nações Unidas sobre a criação de uma Corte Criminal Internacional. Então, em 17 de julho de 1998, foi adotado o Estatuto de Roma da Corte Penal Internacional, a última etapa de um processo iniciado cinquenta anos mais cedo com a Resolução 260 da Assembléia Geral de 1948.

Para Diez de Velasco (1999, p. 733), “trata-se, de fato, de um passo decisivo para se estabelecer uma jurisdição penal internacional de caráter permanente, dotada de poder para processar e punir os indivíduos responsáveis de crimes graves de transcendência internacional” (tradução do autor).

Conforme pode ser observado, desde Nuremberg até a criação do Tribunal Penal Internacional, existe uma evolução da responsabilidade internacional criminal dos indivíduos. Esses Tribunais Internacionais, criados no século XX, não julgavam Estados mas, sim, os indivíduos responsáveis pelos crimes internacionais previstos por seus Estatutos. Entretanto, apesar de os Estados ainda não poderem ser julgados por esses Tribunais Penais Internacionais, a evolução do Direito Internacional Penal foi considerável na segunda metade do século XX. A justiça penal internacional começa a tomar forma e os crimes internacionais não mais ocorrerão impunes.

3.2 Crimes internacionais

De maneira geral, o Direito Internacional Penal, baseado em tratados e convenções internacionais, exprime um consenso mínimo de um grupo de países no tocante a temas específicos. São duas as vertentes que se alcançou com esse dito consenso mínimo: a proteção dos interesses do Estado e a proteção da humanidade¹⁶. A primeira dessas vertentes (proteção dos interesses do Estado) desenvolve-se desde as

¹⁶ A noção de proteção à humanidade compreende todos os atentados graves à vida, à integridade física e à liberdade da pessoa humana. São os chamados crimes contra a humanidade. A lista de crimes compreendidos dentro do rol de crimes contra a humanidade não pára de crescer desde sua descrição na Carta de Londres.

primeiras convenções internacionais até a atualidade; por sua vez, a segunda vertente (proteção da humanidade) desperta apenas com a Segunda Guerra Mundial e os Tribunais de Nuremberg e Tóquio¹⁷.

Entretanto, o conceito de crime internacional só se consolidou no seio da Comissão de Direito Internacional da ONU, em 1976, com o relator Roberto Ago, na forma de um artigo dentro do Projeto da Comissão para Responsabilidade Internacional do Estado. A Comissão de Direito Internacional considera crime internacional, de acordo com o art. 19 do Projeto de Artigos sobre Responsabilidade Internacional, mantido até 1999, quando foi retirado do projeto:

1- *Um ato de um Estado que constitui uma violação de uma obrigação internacional é um ato internacionalmente ilícito, qualquer que seja o objeto da obrigação internacional violada.*

2- *Um ato internacionalmente ilícito resultante de uma violação por um Estado de uma obrigação internacional tão essencial para a proteção de interesses fundamentais da comunidade internacional que sua violação é reconhecida como crime por essa comunidade em seu conjunto constitui um crime internacional.*

3- *Sem prejuízo das disposições do parágrafo 2 e de acordo com as normas de Direito Internacional em vigor, um crime internacional pode resultar, por exemplo, de:*

a) *Uma violação grave de uma obrigação internacional de importância essencial para a manutenção da paz e da segurança internacionais, tal como a que proíbe a agressão;*

b) *Uma violação grave de uma obrigação internacional de importância essencial para a salvaguarda do direito de autodeterminação dos*

¹⁷ No fim do século XIX e início do século XX, as primeiras atividades indicadas como crime em convenções internacionais tinham a ver com o rompimento das fronteiras nacionais, tais como: comercialização de escravos (1885, 1890, 1926, 1956) e de seres humanos (1885, 1904, 1910, 1949); tráfico de drogas (1912, 1925, 1936); produção de moedas falsas (1929); e pirataria (1958). Contudo, convenções voltadas ao chamado “direito de guerra” também surgiram nesse período (1907, 1919), tendo como enfoque principal definir as infrações penais no âmbito das relações entre os Estados. Após a Segunda Guerra Mundial, outras convenções internacionais surgiram definindo crimes internacionais. Contudo, esses crimes não implicavam necessariamente o rompimento das fronteiras nacionais. Eram os crimes contra a humanidade (1945), genocídio (1948), proteção a vítimas de guerra (1949), discriminação racial (1965), apartheid (1973), proteção a vítimas de conflitos armados internos (1977), tortura e tratos cruéis (1984). Essas convenções são voltadas à proteção à humanidade como um todo e compõem, em conjunto, o Direito Internacional Humanitário (cf. MACHADO, 2004, p. 33). Além desses crimes já citados também merecem destaque outros crimes, tais como: a intervenção; a dominação colonial; o recrutamento uso e financiamento de mercenários e o terrorismo internacional (cf. AMBOS; CHOUKR, 2000, p. 193). No que diz respeito ao terrorismo internacional, diversas convenções abordando aspectos distintos dessa atividade multiforme foram adotadas, tais como: a captura ilícita de aeronaves (1970); atos ilícitos contra a segurança da aviação civil (1971), dos aeroportos (1988), da navegação marítima (1988) e das plataformas fixas (1988); proteção do material nuclear (1980); segurança de pessoas internacionalmente protegidas e agentes diplomáticos (1973); toma de reféns (1979); segurança do pessoal da ONU e associados (1994); e atentados terroristas com explosivos (1997) (cf. MACHADO, 2004, p. 34).

povos, tais como as que proíbem o estabelecimento ou a manutenção pela força de dominação colonial;

c) Uma violação grave em larga escala de uma obrigação internacional de importância essencial para salvaguarda do ser humano, tais como as que proíbem a escravidão, o genocídio e o apartheid;

d) Uma violação grave de uma obrigação internacional de importância essencial para a salvaguarda e proteção do meio ambiente, tais como as que proíbem a poluição massiva da atmosfera ou dos mares.

4- Todo ato internacionalmente ilícito que não seja um crime internacional de acordo com o parágrafo 2 constitui um delito internacional. (GALINDO, 2000, p. 205).

Nota-se que o “projeto”, fruto dos esforços do Relator Roberto Ago, distingue crimes de delitos internacionais e define os últimos de forma negativa; ou seja, atos ilícitos que não constituírem crimes internacionais são delitos internacionais; criando, assim, uma hierarquia de gravidade também em relação aos ilícitos internacionais. Delitos internacionais, são, portanto, atos ilícitos de menor gravidade. Essa distinção vem demonstrar a evolução desses conceitos presente na doutrina¹⁸, na jurisprudência internacional e, com o advento do “projeto”, no Direito Internacional.

Na prática, atualmente, crimes internacionais são aqueles que os tratados internacionais assim os definem como tal. Atualmente, os crimes mais comentados são aqueles previstos pelo Tribunal Penal Internacional. O Estatuto de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional para julgar os indivíduos que cometam determinados tipos de crimes, prevê como crimes internacionais a serem julgados pelo Tribunal: crime de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crime de agressão. O próprio estatuto do tribunal estabelece em quais casos tais crimes são cometidos, ou seja, conceitua os crimes que prevê.

3.3 Responsabilidade criminal do Estado nas relações internacionais

O tema da responsabilidade internacional dos Estados, no qual se insere a noção de crimes internacionais, é dos mais antigos na agenda da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas. Existe grande dificuldade na codificação da matéria em face da grande controvérsia existente em vários tópicos. Entre as questões mais controversas sem dúvida está a responsabilidade internacional penal dos Estados.

A responsabilidade internacional, tal como entendida atualmente, não reconhece a responsabilidade penal do Estado (cf. MELLO, 1995, p. 38), que só surge,

¹⁸ A noção de crime internacional tem suas raízes doutrinárias em Bluntschli em 1868 (cf. DIEZ DE VELASCO, 1999, p. 690).

excepcionalmente, em relação a indivíduos, como no caso dos criminosos de guerra ou nos crimes contra a paz e a humanidade. De fato, a posição tradicional do Direito Internacional desde Nuremberg é de que crimes contra o Direito Internacional são cometidos por homens e não por entidades abstratas. Portanto, para que as disposições do Direito Internacional sejam cumpridas nesse campo, a punição deve ser voltada aos indivíduos.

Para Diez de Velasco (1999, p. 874), contudo, a responsabilidade dos indivíduos coexiste com a responsabilidade dos Estados, no plano das relações interestatais pela violação de normas internacionais que regem os conflitos armados. O Protocolo I de 1977 das Convenções de Genebra de 1949, por exemplo, utiliza a expressão “violações” das normas internacionais para se referir aos comportamentos dos Estados que acarretam na responsabilidade internacional interestatal; por sua vez, reserva a expressão “infrações” para se referir às condutas dos indivíduos que geram a responsabilidade internacional individual. Diez de Velasco apóia a noção de responsabilidade do Estado por crimes internacionais. Segundo o autor:

La gravedad de las violaciones del D.I. que constituyen crímenes internacionales justifica, por otra parte, ese régimen de responsabilidad particularmente severo para el Estado infractor, que se expresaría no sólo en una mayor amplitud de la reparación sino incluso en una forma de responsabilidad distinta de ésta y susceptible de traducirse en sanciones de diverso alcance (DIEZ DE VELASCO, 1999, p. 690)

De acordo com Mello, há uma tendência no sentido de se admitir a responsabilidade internacional do Estado por crimes por ele praticado (cf. MELLO, 1995, p. 40). Essa tese é defendida primordialmente pelo professor Roberto Ago, um dos relatores do projeto de artigos sobre responsabilidade internacional da Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas.

A sociedade internacional evoluiu e o Direito Internacional deveria, por conseguinte, acompanhar tal evolução. O artigo 19 do projeto de Convenção sobre Responsabilidade Internacional prevê a possibilidade de os Estados serem responsáveis pelo cometimento de crimes e delitos internacionais.

De tempos em tempos a linguagem crimes foi utilizada no que tange à conduta dos Estados em campos como agressão, genocídio, apartheid, manutenção de dominação colonial, assim como a condenação – pelo menos em alguns casos – do uso ilegal da força, da discriminação racial sistemática ou da manutenção pela força de dominação colonial. Ao elaborar o art. 19, a Comissão, tendo em

vista isso, concluiu que a opinião geral seria de que alguns desses atos genuinamente constituem em crimes internacionais, ou seja, que determinados ilícitos são mais graves que outros, devendo possuir, portanto, conseqüências mais graves. (GALINDO, 2000, p. 208)

Nessa mesma linha, Dinstein posiciona-se no sentido de que, em última análise, o responsável por determinados crimes internacionais é o Estado e, portanto, também deve ser punido por tais práticas. De acordo com este autor, “sem prejuízo da responsabilidade individual, a responsabilidade internacional – seja por uma guerra agressiva ou por qualquer outro tipo de utilização de força internacional – significa, principalmente e em primeiro lugar, uma responsabilidade do Estado” (DINSTEIN, 2004, p. 148-149).

Analisando-se, sobretudo as sociedades democráticas, que elegem seus representantes pelo sufrágio universal e possuem meios também democráticos para destituí-los de seus cargos, os atos do Estado representam a vontade de seus cidadãos. Assim, não existe violação do princípio da individualização da pena caso se puna o Estado, ente abstrato, pelo cometimento de crimes internacionais.

A responsabilidade internacional do Estado no âmbito penal pode ser observada por duas vertentes. A primeira é a responsabilidade pela ausência de prevenção, cooperação e repressão de crimes internacionalmente atribuídos a indivíduos; e a segunda é a responsabilidade de crimes internacionais atribuíveis ao próprio Estado (cf. MACHADO, 2004, p. 36). A primeira diz respeito à responsabilidade estatal pela ausência de prevenção, cooperação e repressão de crimes definidos em convenções internacionais. Não é o crime internacional propriamente dito, praticado pelo particular, que acarreta a responsabilidade estatal, mas sim a própria atitude estatal em face do evento. A responsabilidade do Estado não resulta diretamente dos atos do indivíduo, mas decorre da atitude do próprio Estado em relação a esses atos, ou seja, do descumprimento das obrigações internacionais impostas a ele relativas às pessoas ou coisas em seu território (cf. ACCIOLY, 1998, p. 141).

A segunda vertente é a da responsabilidade internacional dos Estados pela prática de crimes internacionais definidos pelo Direito Internacional. Conforme já foi ressaltado, em 1976 a Comissão de Direito Internacional adotou um primeiro projeto de artigos relativo à responsabilidade internacional dos Estados e, em seu artigo 19, definia os crimes e delitos internacionais, determinando que os Estados são responsáveis por eles.

A responsabilização dos Estados pelo cometimento de crimes internacionais é uma categoria jurídica nova e, em função disso, entre 1976 e 1999, várias questões levantadas pelo artigo 19 acabaram não sendo respondidas pelos autores que participavam dos debates a respeito do tema. A definição de o que seria um crime internacional cometido pelo Estado e qual a consequência jurídica que se aplicaria nesses casos eram algumas das principais discussões que rondavam os debates.

De fato, as consequências jurídicas do cometimento de um crime internacional pelo Estado devem ser diferentes das consequências de um ato ilícito qualquer que o Estado realize em suas relações internacionais. “Justifica-se essa distinção tendo em vista que uma violação de direito internacional concerne apenas à relação entre dois ou mais Estados-parte no tratado, enquanto um crime internacional constitui uma ameaça à comunidade internacional” (MACHADO, 2004, p. 39).

O projeto de artigos sobre responsabilidade internacional adotado pela Comissão de Direito Internacional, em seu artigo 40, entendia que todos os Estados são lesados quando um crime internacional é cometido. Contudo, as consequências jurídicas que esse projeto previa para os Estados que praticassem crimes internacionais não eram muito diferentes das previstas pela prática de quaisquer ilícitos. Tanto para crimes internacionais como para outros ilícitos, de acordo com o “projeto”, o Estado lesado poderia exigir: a cessação do comportamento ilícito, a reparação do dano causado, a restituição em espécie, a indenização, a satisfação (em particular o dano moral) e a obtenção de segurança e garantias de não-repetição. Também era previsto no “projeto” o uso de contramedidas, dentro do limite nele estabelecido.

Outra questão primordial para o tema é da jurisdição responsável pelo julgamento de tais crimes internacionais cometidos pelos Estados. Durante as discussões no seio da Comissão de Direito Internacional surgiu a proposta de a Corte Internacional de Justiça ser a responsável por tal julgamento. Entretanto, a necessidade de aceitação da jurisdição da Corte e a inexistência de um órgão de acusação seriam barreiras bastante complexas a serem transpostas, sendo necessária a reforma da Corte Internacional de Justiça para que pudesse julgar os crimes internacionais.

O “projeto”, mais uma vez, não inovou e restringiu-se aos mecanismos de resolução já existentes, ou seja, resolução amigável, mediação, conciliação e arbitragem. De acordo com o modelo proposto pela Comissão, o reconhecimento da prática de um crime internacional seria efetuado pelos próprios Estados, que poderiam

adotar conseqüências jurídicas contra o Estado-autor (contramedidas) e recorrer a um tribunal arbitral.

No que diz respeito à conseqüência jurídica, é elementar que a pena de prisão, privativa de liberdade, não é possível de ser aplicada a um ente abstrato como o Estado. Contudo, como sujeito de Direito Internacional, o Estado deve cumprir seus deveres internacionais. Assim, caso cometa atos definidos como crimes internacionais, de acordo com o Direito Internacional, deve responder por essa prática sofrendo as conseqüências jurídicas adequadas. Todos os ilícitos internacionais praticados pelo Estado estão sujeitos a algum tipo de punição; esse é o princípio básico da responsabilidade internacional. Todavia, não se pode realizar uma conexão indissolúvel entre crime e penas privativas de liberdade; a prisão não é o único modo de se punir a prática de um crime, nem mesmo nos direitos internos.

Sobre essa matéria, Dinstein posiciona-se no sentido de que “é elementar que o Estado, como pessoa política, não pode verdadeiramente estar sujeito a determinadas penas (como, por exemplo, a prisão). No entanto, do ponto de vista de argumentação, discutem-se medidas militares, diplomáticas e econômicas que podem servir de sanções penais contra os Estados” (DINSTEIN, 2004, p. 158).

No ano de 2001, contudo, o artigo 19 do “projeto” foi suprimido pela Comissão de Direito Internacional, o que significa um retrocesso num processo já lento e que pouco havia evoluído, uma verdadeira “despenalização da responsabilidade estatal” (MACHADO, 2004, p. 43). O “projeto” adotado em 2001 dedica dois artigos às “violações graves de uma obrigação que emane de uma norma imperativa do Direito Internacional geral”. Recupera, assim, a noção de violação do *jus cogens*, mas não define mais crimes internacionais¹⁹. Essa violação é considerada grave quando o descumprimento for flagrante e sistemático por parte do Estado responsável.

Ainda em 2001, o projeto de artigos sobre responsabilidade internacional do Estado foi enviado à Assembléia Geral da ONU e encontra-se em análise até os dias atuais. Na prática, a adoção do “projeto” de artigos sobre responsabilidade internacional dos Estados, mesmo se recuperado o antigo artigo 19, pouco alteraria o modelo existente da responsabilização estatal pela prática de crimes ou atos ilícitos

¹⁹ O “projeto”, contudo, não apresenta uma lista dessas “normas imperativas” às quais faz referência. De acordo com o relator do mesmo, essas normas são aquelas amplamente aceitas pela sociedade internacional, tais como as que proíbem o genocídio, a agressão e o *apartheid*. (MACHADO, 2004, p. 43).

especialmente graves. A comunidade internacional parece não estar engajada na modificação do atual sistema. Contudo, o debate está sendo realizado a respeito do tema, o que já significa um importante passo no que diz respeito a uma matéria tão controversa.

Fato é que a prática internacional ainda não consagrou a responsabilidade penal estatal e, provavelmente, esse é o ponto de maior controvérsia quando se trata de responsabilidade internacional do Estado. Por enquanto, a responsabilidade internacional criminal é apenas uma discussão doutrinária.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo, de acordo com o modelo de Westfália, é composto e dividido por Estados soberanos que não reconhecem nenhuma autoridade superior. Por conseguinte, os processos de criação do Direito, de resolução de disputas e de execução da lei atribuem-se, via de regra, aos Estados individuais. Em matéria penal não é diferente. As iniciativas internacionais de regulação ou intervenção jurídica, em termos penais, dependem da reunião de um conjunto de representantes governamentais autorizados a agir em nome do Estado respectivo. Portanto, a responsabilidade internacional criminal do Estado depende diretamente da vontade política dos Estados de se reunirem e regularem esse tema. Contudo, para muitos deles esse movimento não é interessante, pois acabaria por criar mecanismos para punição deles próprios.

Em função desses motivos “o direito da responsabilidade internacional tem uma existência precária num sistema descentralizado de relações internacionais, que carece de jurisdição obrigatória e de processos executivos aplicáveis automaticamente” (BROWNLIE, 1997, p. 533). Na prática, a solução mais perto para a responsabilidade internacional criminal do Estado seria a adoção do projeto de artigos sobre responsabilidade internacional dos Estados elaborado pela Comissão de Direito Internacional da Organização das Nações Unidas em forma de tratado internacional, de preferência recuperando-se o antigo artigo 19.

A responsabilidade internacional, tal como ela se apresenta hoje, baseada na prática e costumes internacionais, ainda não consegue regular de maneira adequada a sociedade internacional. Entretanto, toda sociedade que se supõe organizada necessita de um sistema de Direito que atribua aos seus sujeitos deveres ao lado de direitos além de impor sanções àqueles que não cumpram as obrigações impostas a eles ou assumidas

por eles. Faz-se, portanto, necessária a responsabilização internacional dos Estados, incluindo-se aí a responsabilidade criminal, para que a sociedade internacional se torne um ambiente mais previsível e ordenado.

É necessário que o Direito Internacional evolua; e a noção de crimes internacionais é imprescindível para que isso ocorra. Faz-se necessária a existência de um regime específico para as graves violações dos mais profundos interesses da sociedade internacional em conjunto.

O atraso em relação à codificação da responsabilidade internacional do Estado deve-se ao fato de alguns dos temas envolvidos por este assunto serem muito controversos, sobretudo na esfera criminal. Além disso, também o aspecto político bastante forte do tema dificulta a evolução positiva da responsabilidade internacional do Estado. Entretanto, nos dias atuais, a responsabilidade internacional do Estado é considerada o maior exercício de codificação que está ocorrendo no seio da Comissão de Direito Internacional. Neste sentido, a adoção da noção de crimes internacionais é a mais ousada tentativa de modificar o Direito Internacional no seu ramo de maior conservadorismo: o campo da responsabilidade internacional dos Estados.

Numa visão realista, a incorporação da noção de responsabilidade estatal pela prática de crime, no âmbito internacional, encontra-se em um estágio de desenvolvimento embrionário, com chances bastante remotas de “vir à luz”. Espera-se que haja vontade política para que o Direito Internacional Criminal possa continuar evoluindo, assim como evoluiu no século XX, e que, assim, crie-se um eficaz sistema de repressão aos crimes internacionais cometidos por Estados, capaz de conferir mais ordem às relações internacionais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBOS, Kai; CHOUKR, Fauzi Hassan (orgs). *Tribunal Penal Internacional*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Manual de Direito Internacional Público*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. *Direito internacional penal: delicta iuris gentium*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2000.

BAZELAIRE, Jean-Paul; CRETIN, Thierry. *A Justiça Penal Internacional: sua evolução, seu futuro de Nuremberg a Haia*. Tradução de Luciana Pinto Venâncio. Barueri: Manole, 2004.

BROWNLIE, Ian. *Princípios de Direito Internacional Público*. Tradução de Maria Manuela Farrajota, Maria João Santos, Victor Richard Stockinger e Patrícia Galvão Teles. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

DIEZ DE VELASCO, Manuel. *Instituciones de derecho internacional público*. 12ª ed. Madrid: Tecnos, 1999.

DINSTEIN, Yoram. *Guerra, agressão e legítima defesa*. Trad. Mauro Raposo de Mello. 3ª ed. Barueri: Manole, 2004.

GALINDO, George Rodrigo Bandeira. *O crime compensa? Acerca da viabilidade da noção de crimes internacionais no Direito Internacional*. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 2000. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ri/Pdf/pdf_147/r147-16.PDF> Acesso em: 04 de agosto, 2006.

MACHADO, Maíra Rocha. *Internacionalização do direito penal: a gestão de problemas internacionais por meio do crime e da pena*. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO, Celso de Albuquerque. *Responsabilidade internacional do Estado*. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

_____. *Curso de Direito Internacional Público*. Vol. 1 e 2. 10ª ed. Rio de Janeiro : Renovar, 1994.

PELLET, Alain; DINH, Nguyen; DAILLIER, Patrick. *Direito Internacional Público*. Trad.: Vítor Marques Coelho. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

PESSOA, Mário. *Leis da guerra e armas nucleares*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1969.

REZEK, José Francisco. *Direito Internacional Público: curso elementar*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. Volume 1. São Paulo: Atlas, 2002.